

Aeroportos do
Nordeste do Brasil
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório de Administração

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Sobre a Companhia

1.1. Apresentação e Contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“ANB” ou “Companhia”) é uma Companhia anônima de capital fechado de propósito específico e foi constituída em 30 de maio de 2019, na cidade e estado de São Paulo, Brasil. É uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“AENA Desarrollo”), Companhia constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri.

A AENA Desarrollo é uma subsidiária da Aena, SME, S.A., uma empresa cotada na bolsa de valores da Espanha, que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha e que por meio da AENA Desarrollo também participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

O Grupo AENA simboliza um modelo de sucesso em gestão internacional com projeção marcante na Iberoamerica, cujo último evento foi a aquisição da concessão do grupo aeroportuário do Nordeste do Brasil, em 2019.

Em 05 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a ANB – Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019, com o objeto da Concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre - SBRF
- Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares - SBMO
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP
- Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR
- Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG
- Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU

A vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia de 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária, na forma prevista no contrato de concessão – apreciação e decisão pela ANAC, tras procedimento de Revisão Extraordinária que pode ocorrer de ofício ou mediante solicitação da Companhia.

O contrato de concessão será implementando nas seguintes fases:

Fase 1-A: Fase de transferência operacional dos aeroportos do operador aeroportuário estatal Infraero para a Companhia, prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2020 de forma escalonada, em conformidade com o contrato de concessão e anuência do órgão regulador ANAC.

As operações dos Aeroportos de SBJU, SBKG, SBMO e SBAR foram transferidas nos dias 13 e 16 de janeiro de 2020, e 13 e 20 de fevereiro de 2020, respectivamente. Desde essas datas as receitas e despesas decorrentes da operação dos aeroportos passaram a ser da ANB.

Fase 1-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. Estimamos que a duração desta fase seja de 3 anos a contar da data de eficácia.

Fase II: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

1.2. Principais Eventos

A ANB aportou o valor da Outorga de R\$1.917 milhões (importe de adjudicação no leilão público da ANAC nº 00058.021437/2019-80 de 1.900 milhões, atualizado pelo IPCA desde março 2019 até julho 2019 conforme as regras do Edital) assim como outros custos no valor de R\$ 334 milhões, de acordo com o previsto nas regras do leilão público, necessários para a assinatura do Contrato de Concessão.

A ANAC aprovou os planos de transferência operacionais (PTO) de cada um dos aeroportos no dia 28 de dezembro de 2019. Isso implica que a operação dos aeroportos SBJU e SBKG poderiam iniciar a partir de 13 de janeiro de 2020 e dos demais aeroportos a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Uma vez iniciada as operações, a Companhia obterá as seguintes receitas:

- **Receitas tarifárias** - constituídas pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia, que remunera os serviços, equipamentos, instalações e facilidades disponíveis; de acordo com as disposições constantes na Lei 6009/1972, Decreto 89121/1983 na Resolução 432/2017 e na Portaria 219/6C-5/2001 e o previsto no contrato de concessão;
- **Receitas não tarifárias** – decorrentes de exploração das atividades econômicas, diretamente ou mediante celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado.
- **Receita por prestação de serviço de construção** - decorrente da aplicação do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contrato de Concessão, concessão de serviços, equivalente a investimentos (CAPEX) realizados em linha com o objeto da concessão. A receita operacional (receita operacional líquida) registrada no exercício de 2019, corresponde a esse efeito, no valor de R\$ 1.813 mil.

As despesas operacionais incorridas foram na ordem de R\$ 16.870 mil, correspondentes aos gastos com pessoal e outros serviços relacionados ao início das operações.

O resultado financeiro líquido foi de R\$ 5.347 mil, devido principalmente a incidência do Imposto sobre operações financeiras (IOF).

A recepção dos recursos financeiros que integram o capital social da Companhia, foram aplicados em investimentos de alta liquidez.

O prejuízo líquido do exercício alcançou a importância de R\$ 14.667 mil, com o impacto do imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 7.550 mil.

Mesmos com desembolsos realizados no exercício, devido aos aportes de capital de R\$ 2.389 milhões recebidos neste ano, no fechamento de 2019 a Companhia não precisou de financiamento bancário e encerrou o exercício com R\$ 127.803 mil em caixa.

Nos termos do contrato de concessão, a ANB informa sobre a ocorrência de transações no montante de R\$ 9.380 mil com partes relacionadas (Aena SME, S.A e Aena Desarrollo Internacional SME, S.A), que suportaram ANB no início das operações, basicamente, repasse de custos de contratos com fornecedores, e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio. Os serviços prestados com pessoal próprio foram registrados com um markup de 6,98%.

Adicionalmente, a Companhia registrou um passivo de R\$ 14.852 mil por o repasse pela controladora Aena Desarrollo Internacional SME, S.A dos custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A Governança Corporativa da Companhia tem como principal objetivo conduzir continuamente os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses de acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio e igualdade de interesses e oportunidades nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é integrado por Sr. Francisco Javier Marín San Andrés – Presidente, e os Srs.(a) Rodrigo Marabini Ruiz, José Leo Vizcaíno, María José Cuenda Chamorro e Juan Carlos Alfonso Rubio, membros eleitos pela Assembleia Geral.

A Diretoria Executiva é composta pelo Sr. Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano – Diretor Presidente, Sr. Roberto Ángel Ramírez García – Diretor Econômico Financeiro, Sr. Salvador Merino Moina – Diretor de Organização e Recursos Humanos e Begoña Felices Pascual – Diretora Comercial, diretores eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições.

3. Considerações finais

3.1. Auditores Independentes

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Recife, 20 de fevereiro de 2020

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 30 de maio (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 30 de maio a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem



inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 24 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	Passivo	Nota	2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7	127.803	Fornecedores	11	2.179
Despesas antecipadas		1.077	Arrendamento mercantil	10.a	605
Outros créditos		<u>378</u>	Contas a pagar - partes relacionadas	12	24.231
Total do ativo circulante		129.258	Impostos e contribuições a recolher		1.064
Não circulante			Obrigações sociais e trabalhistas		326
Impostos diferidos	8	<u>7.550</u>	Outras contas a pagar		<u>3.066</u>
Total do realizável a longo prazo		7.550	Total do passivo circulante		31.471
Imobilizado	9	466	Não circulante		
Intangível	10	<u>2.269.030</u>	Arrendamento mercantil	10.a	<u>605</u>
Total do ativo não circulante		2.277.046	Total do passivo não circulante		605
Total do ativo		<u>2.406.304</u>	Patrimônio líquido	13	
			Capital social		2.388.895
			Prejuízos acumulados		<u>(14.667)</u>
			Total do patrimônio líquido		2.374.228
			Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.406.304</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstração do resultado

Período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019
Receita operacional líquida		1.813
Custos dos serviços prestados		
Custo de construção		(1.813)
Lucro bruto		-
Despesas gerais e administrativas	15	
Despesas com pessoal		(2.339)
Serviços		(12.145)
Depreciação e amortização		(23)
Outros		<u>(2.363)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(16.870)
Resultado financeiro	16	
Despesas financeiras		(10.825)
Receitas financeiras		<u>5.478</u>
Resultado financeiro líquido		(5.347)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(22.217)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	8	<u>7.550</u>
Prejuízo do período		<u>(14.667)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	2019
Prejuízo líquido do exercício	(14.667)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(14.667)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Constituição da Companhia - Ata de 30/05/2019	13	1	-	1
Aumento capital social - CA 01/07/2019	13	2.388.894	-	2.388.894
Prejuízo do período		-	(14.667)	(14.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.388.895	(14.667)	2.374.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(14.667)
Ajustes por:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.550)
Depreciação	11
Amortização	12
	<hr/>
	(22.194)
Variações em:	
Despesas antecipadas	(1.077)
Outros créditos	(378)
Fornecedores	1.702
Contas a pagar - partes relacionadas	9.381
Obrigações sociais e trabalhistas	326
Impostos e contribuições a recolher	1.064
Outras contas a pagar	1.252
	<hr/>
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	(9.924)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Adições de imobilizado	
Adições de intangível	(2.252.378)
	<hr/>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.252.378)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Constituição da Companhia	1
Captação de empréstimos	1.210
Aumento de capital	2.388.894
	<hr/>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	2.390.105
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	127.803
	<hr/>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	127.803
	<hr/>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	127.803
	<hr/>
<i>Informação adicional - para as transações que não envolveram caixa vide nota explicativa no. 20</i>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aeroportos do Nordeste do Brasil S.A. (“ANB” ou “Companhia”) é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 30 de maio de 2019, tendo como objeto social específico e exclusivo a prestação dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, tudo em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Companhia, em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018.

A sede da Companhia está localizada na Rua Barão de Souza Leão, 425, 19º andar, Boa Viagem. 51.030-300 Recife, Pernambuco. A Companhia tem filiais constituídas em cada um dos seis aeroportos que irá a operar bajo o contrato de concessão.

A ANB é uma subsidiária integral da Aena Desarrollo Internacional S.M.E., S.A. (“AENA Desarrollo”), Companhia constituída sob leis da Espanha, com sede em Madri.

A AENA Desarrollo é uma subsidiária da Aena, S.M.E., S.A., uma Companhia com ações cotada na bolsa de valores da Espanha e que administra aeroportos e heliportos em toda a Espanha. De forma geral o Grupo AENA participa da administração de 23 aeroportos em diferentes países (Reino Unido, Jamaica, México, Colômbia e Brasil).

Em 05 de setembro de 2019, a ANAC e a ANB assinaram o contrato de concessão do Bloco Nordeste, nº 001/ANAC/2019, com o objetivo da Concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo de aeroportos integrantes do Bloco Nordeste, composto por:

- Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre - SBRF
- Aeroporto de Maceió - Zumbi dos Palmares - SBMO
- Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto – SBJP
- Aeroporto Internacional Santa Maria - Aracaju – SBAR
- Aeroporto de Campina Grande - Presidente João Suassuna – SBKG
- Aeroporto de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes – SBJU

A vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de eficácia de 09 de outubro de 2019. O contrato poderá ser prorrogado por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição de equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária, na forma prevista no contrato de concessão.

O contrato de concessão será implementando nas seguintes fases:

Fase I-A: Fase de transferência operacional dos aeroportos do operador aeroportuario estatal Infraero para a Companhia, prevista para ocorrer no primeiro trimestre de 2020 de forma escalonada, em conformidade com o contrato de concessão e anuência do órgão regulador ANAC.

Todos os aeroportos estavam em Fase I-A ao 31 de dezembro de 2019.

ANAC aprovou os Planos de Transferência Operacionais (PTO) de cada um dos aeroportos no dia 28 de dezembro de 2019. Isso implica que a operação dos aeroportos SBJU e SBKG poderiam iniciar a partir de 13 de janeiro de 2020 e do resto dos aeroportos a partir de 11 de fevereiro de 2020.

As operações dos Aeroportos de SBJU, SBKG, SBMO e SBAR foram transferidas nos dias 13 e 16 de janeiro de 2020, e 13 e 20 de fevereiro de 2020, respectivamente. Desde essas datas, as receitas e despesas decorrentes da operação dos aeroportos passaram a ser da ANB.

Fase I-B: Fase de ampliação dos aeroportos pela Companhia para adequação da infraestrutura e recomposição do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuário. Estimamos que a duração desta fase seja de 3 anos a contar da data de eficácia.

Fase II: Demais fases de ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos até a finalização da concessão.

Licenças e Autorizações

Além da aprovação por ANAC dos PTOs supramencionada, as principais licenças e autorizações para o início efetivo da operação nos aeroportos são as seguintes:

- Certificado Operacional de Aeroporto.
- Autorização de Funcionamento de Empresa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- Alfandegamento pela Receita Federal (aeroportos com voos internacionais).
- Licença operação perante as autoridades estatais do meio ambiente.

As licenças foram renovadas ou continuam em vigor às datas do início das operações.

a. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia obterá contribuições financeiras suficientes para gerar fluxo de caixa futuro.

A Companhia reconheceu prejuízo de R\$ 14.667 no período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2019. A Administração não reconhece incerteza sobre a capacidade futura de geração de fluxo de caixa operacional considerando:

- O fluxo de caixa operacional futuro, com base no plano de negócios preparado por consultoria especializada, que já estima fluxo de caixa positivo em 2020;
- Não há passivos registrados que não possam ser cumpridos com a disponibilidade de caixa esperada para o fluxo normal de operação da Companhia;

A administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Companhia entende que não há impactos relevantes decorrentes de julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 8 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas 9 e 10 – Imobilizado e Intangível: aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis (incluindo impairment do intangível);

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento,

ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 17 – Instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas:

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento do balanço. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros sobre aplicações financeiras;
- Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre receita de juros sobre aplicações financeiras, integralizações de capital, e transações em moeda estrangeira;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial, quando aplicável. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social

sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando houver, limitada anualmente a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto de renda e contribuição social corrente*

Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Imposto de renda e contribuição social diferido*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, que inclui, quando aplicável, os custos dos empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em

condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na nota explicativa 9.

As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas a medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

e. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Contratos de concessão de serviços (vide notas 1 e 10)

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

A Companhia não possui contas a receber de clientes em aberto em 31 de dezembro de 2019. Os ativos financeiros referem-se a despesas antecipadas e outros créditos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

i. Provisões

Quando aplicável, uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público (outorga), reconhecendo os valores pagos ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 10), baseado nos termos contratuais. Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao poder concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura.

k. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 (R1))

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a

direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

I. Novas normas vigentes

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/ IFRIC 23 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Não foram identificadas incertezas relevantes quanto aos tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia avaliará os impactos ao longo de 2020, quando do início das operações.

Adoção da IFRS 16/ CPC 06 - Arrendamento mercantil

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Todos os contratos vigentes em 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia.

A Companhia como arrendatária

Um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia;

- A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento, dos dois o menor.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, utiliza-se taxa incremental.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Nas demonstrações dos fluxos de caixa, a Companhia registra tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos como atividade de financiamento. Não houve reconhecimento relevante por parte da Companhia em relação ao IFRS 16.

m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2019
Caixa e bancos	44
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>127.759</u>
	<u>127.803</u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas para atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, visto que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um risco insignificante de mudanças de valor. Tais aplicações financeiras são realizadas substancialmente em títulos Certificado de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxa de 99,5% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

8 Impostos diferidos

No ano de 2019 a Companhia foi optante pelo lucro real e estava enquadrada em fase pré-operacional conforme previsto no artigo 128 da IN 1700/2017. Foi calculado o imposto de renda e contribuição social diferidos considerando as alíquotas vigentes sobre a montante da base pré-operacional que será amortizado em 60 meses, após o início da operação, previsto para janeiro de 2020.

	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	22.217
Outros	(11)
Prejuízo fiscal do exercício	<u>22.206</u>
Alíquota	34%
Imposto diferido do exercício (lucro)	7.550

9 Imobilizado

a. Composição

	Taxas média anuais de depreciação (%)	2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	20	477	(11)	466
		<u>477</u>	<u>(11)</u>	<u>466</u>

b. Movimentação

	Equipamentos de informática	Total
Aquisição	477	477
Depreciação	(11)	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>466</u>	<u>466</u>

10 Intangível

a. Composição

	Taxas médias anuais de amortização (%)	2019		
		Custo	Amortização acumulada	Total
Outorga – Concessão (i)	3,33	2.266.020	-	2.266.020
Projetos de desenvolvimento	3,33	1.812	-	1.812
Arrendamento mercantil (ii)	50	1.210	(12)	1.198
		<u>2.269.042</u>	<u>(12)</u>	<u>2.269.030</u>

(i) **Outorga - Concessão**

Consiste no valor pago ao poder concedente pelo direito de exploração da concessão por 30 anos com base no contrato de concessão. A concessão começou na Data de Eficácia do contrato, 09 de outubro de 2019. A amortização começará no 13 janeiro 2020, data de início da operação do primeiro aeroporto do Bloco Nordeste (nota 1).

Também há registrado custos derivados do contrato de concessão que inclui valores pagos a terceiros com base no edital de leilão de julho de 2019 por importe de R\$ 334.027, e valores devidos à controladora Aena Desarrollo Internacional SME, S.A no montante de R\$ 14.852 por repasse de custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão.

(ii) **Arrendamento mercantil**

Contrato de aluguel do escritório do escritório corporativo da companhia com benfeitorias (tipo *built to suit*), iniciado em dezembro 2019, contabilizado conforme CPC – 06 (nota 6.1) devido a ter um prazo de 2 anos, com indenização as locadoras pelo saldo do investimento realizado pendente de pago em caso de cancelamento antecipada.

b. Teste de impairment

A 31 de dezembro de 2019 a Administração revisou os resultados de 2019 para avaliar se existem indícios de impairment dos ativos intangíveis, concluindo que não existem indícios.

A Companhia efetuou o teste de impairment para 31 de dezembro de 2019 considerando que tratava-se de um ativo intangível ainda não disponível para uso, inicialmente reconhecido no ano corrente.

A administração realizou os cálculos do valor em uso sob a base das projeções financeiras preparadas por um consultor independente e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão.

A taxa de desconto aplicada as projeções de fluxos de efetivo, de 12,5%, é o custo médio ponderado do capital, sendo determinado pela média ponderada do custo de recursos próprios e do custo de recursos de terceiros.

Além da taxa de desconto, as principais premissas que afetam os fluxos de efetivo da Companhia são: tráfego de passageiros, variação das tarifas, receitas comerciais, nível de investimentos e os custos operacionais.

Como resultado deste teste, complementado pela análise de sensibilidade realizado, se conclui que não se produziram correções por impairment.

11 Fornecedores

	2019
Korn Ferry (BR) Consultores Ltda.	1.453
Outros	726
	<hr/>
	2.179

12 Partes relacionadas

a. *Controladora*

O controle da Companhia é da AENA Desarrollo Internacional S.M.E S.A., que é detentora de 100% do seu capital social.

b. *Saldos com partes relacionadas*

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui os seguintes saldos de passivo (contas a pagar com partes relacionadas):

	2019
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – intangíveis (concessão) (i)	14.852
Aena Desarrollo Internacional SME, SA – serviços e despesas (ii)	7.069
Aena, SME, SA – serviços e despesas (ii)	<u>2.310</u>
	<u>24.231</u>

- (i) A companhia registrou um passivo de R\$ 14.852 referente ao repasse pela controladora Aena Desarrollo Internacional SME, S.A. dos custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão.
- (ii) No termos do contrato de concessão, a ANB transacionou o montante de R\$ 9.380 com partes relacionadas (Aena, SME, S.A e Aena Desarrollo), que suportaram ANB no início das operações. Refere-se, basicamente, a repasse de custos de contratos com fornecedores e serviços de apoio a gestão realizados com pessoal próprio.

c. *Remuneração de pessoal chave*

A Companhia considera pessoal chave de sua administração os administradores eleitos para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva, em consonância com o estatuto social, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia. A remuneração anual do pessoal chave da administração foi R\$ 430.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não mantém planos de previdência privada e de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego.

13 Patrimônio líquido

Capital social

A companhia foi constituída em 30 de maio de 2019 com um capital de R\$10, dos quais foi integralizado R\$ 1. Em 01 de julho de 2019, o Conselho de Administração, em uso da atribuição conferida nos estatutos sociais da Companhia, aprovou o aumento de capital de R\$ 2.388.990, sendo referente a 2.388.990.000 ações ordinárias, das quais foram integralizadas 2.388.894.000, passando o capital social integralizado da Companhia de R\$ 1 para R\$ 2.388.895.

	2019	
	Ações	%
AENA Desarrollo Internacional S.M.E., S.A.	2.388.990.000	100
	2.388.990.000	100

14 Provisão para contingências

Com base no relatório de seus assessores jurídicos, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ações judiciais, cíveis, trabalhistas ou tributárias contra a Companhia. Consequentemente, nenhuma provisão para contingências foi constituída ou divulgada nessas demonstrações financeiras.

15 Despesas gerais e administrativas

	2019
Serviços	(12.145)
Pessoal	(2.339)
Depreciação	(11)
Amortização	(12)
Seguros	(1.279)
Outros	(1.084)
	(16.870)

16 Resultado financeiro

	2019
Receitas financeiras	
Juros sobre aplicações financeiras	5.478
Despesas financeiras	
Despesa com IOF	(10.566)
Outros	(259)
	(10.825)
Resultado financeiro líquido	(5.347)

17 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

(i) Instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	2019		
		Valor justo por meio do resultado (VJR)	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativo				
Caixa e bancos	7	44	-	-
Aplicações financeiras	7	127.759	-	-
Outros créditos		-	378	-
Passivo				
Fornecedores	11	-	-	2.179
Arrendamento mercantil	10 a)	-	-	1.210
Contas a pagar - partes relacionadas	12	-	-	24.231
Outras contas a pagar		-	-	3.066
		127.803	378	30.686

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa são ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo.

Passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar são classificados como outros passivos financeiros e não há divergência relevante entre valores contábeis e valor justo.

(ii) Hierarquia de valor justo

A Companhia possui o saldo de R\$ 44 de caixa e equivalente e aplicações financeiras de R\$ 127.759 avaliadas pelo valor justo, o qual está qualificado como nível 2.

(iii) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

		<u>Efeito em R\$ no resultado financeiro</u>		
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário real (CDI 2019)</u>	<u>Cenário A (-25%)</u>	<u>Cenário B (-50%)</u>
Aplicação financeira (CDB)	CDI	5.478	1.370	2.739

A Administração avaliou o efeito que taxas inferiores de CDI houверam tido sob a receita financeira obtida no exercício.

(iv) Gerenciamento de riscos

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

(a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

(b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI.

(c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

(d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar o risco de liquidez, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento e caixa de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

18 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros vigentes são:

<u>Riscos</u>	<u>Importância segurada</u>
Seguro garantia de fiel cumprimento	R\$173.572 mil
Responsabilidade Civil – Angares e Operações Aeroportuários	R\$ 2.227.880 mil
Danos materiais – aeroporto e escritório administrativo	R\$300.000 mil

A apólice de Responsabilidade Civil – Hangares e Operações Aeroportuários está expressada em US\$, tendo uma importância assegurada de US\$552.810 mil.

19 Compromissos assumidos

O Contrato de Concessão, Plano de Exploração Aeroportuária, estabelece as seguintes inversões obrigatórias (melhorias da infraestrutura aeroportuária) a realizar nos aeroportos em um máximo de 36 meses após a Data de Eficácia do Contrato de Concessão:

- Ampliar a capacidade de processamento de passageiros e bagagens no aeroporto, incluindo terminal de passageiros, estacionamento de veículos e vias terrestres associadas, de modo a prover área e equipamentos adequados para processar, simultaneamente, no aeroporto, pelo menos as quantidades de passageiros detalhadas no PEA para cada aeroporto (todos os aeroportos).
- Disponibilizar área de pátio de aeronaves para acomodar, pelo menos, de forma simultânea e independente, 23 (vinte e três) aeronaves código “C”; 02 (duas) aeronaves código D e 02 (duas) aeronaves código “E”, entre posições atendidas por pontes de embarque e posições remotas (SBRF).
- Prover sistema visual indicador de rampa de aproximação nas cabeceiras de pistas de pousos e decolagens, para manutenção das operações com aeronaves a jato, quando houver (todos os aeroportos).
- Realizar adequações de infraestrutura necessárias para que os aeroportos estejam habilitados a operar, no mínimo, em Regras de Voo por Instrumento (IFR) não-precisão, sem restrição, noturno e diurno, aeronaves código 3C (todos os aeroportos).
- Implantar áreas de segurança de fim de pista (RESA), nas cabeceiras das pistas de pouso e decolagem (todos os aeroportos).

- Disponibilizar os recursos físicos para realização da inspeção de segurança em até 100% da bagagem despachada, da carga e da mala postal embarcadas em aeronaves partindo dos aeroportos (todos os aeroportos).

Além disso, a Companhia deverá realizar as inversões necessárias nas infraestruturas para manter os níveis de serviço requeridos pelo PEA, em função da demanda atual.

Os investimentos mencionados não tem importes económicos mínimos. A 31 de dezembro de 2019 a Companhia não havia iniciado os investimentos, encontrando-se em execução dos projetos e estudos iniciais para a execução das obras.

20 Demonstração dos fluxos de caixa – transações sem efeito caixa

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração do fluxo de caixa está demonstrada na nota explicativa 7.

(ii) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

- Arrendamento mercantil (nota 10).
- Aquisições de imobilizado a fornecedores de R\$477 pendentes de pagamento em 31/12/19.
- Aquisições de projetos de desenvolvimento de R\$1.813 pendentes de pagamento em 31/12/19.
- Repasse de custos de assessoria financeira na obtenção do contrato de concessão (nota 12b-i).

21 Eventos subsequentes

As operações dos aeroportos de Juazeiro do Norte - Orlando Bezerra de Menezes, Campina Grande - Presidente João Suassuna, Maceió - Zumbi dos Palmares e Santa Maria - Aracaju foram transferidas nos dias 13 e 16 de janeiro de 2020, e 13 e 20 de fevereiro de 2020, respectivamente. A partir destas datas as receitas e despesas decorrentes da operação dos aeroportos passaram a ser da Companhia.

* * *

Conselho de Administração

Francisco Javier Marín San Andrés
Presidente

Rodrigo Marabini Ruiz
Conselheiro

José Leo Vizcaíno
Conselheiro

Maria José Cuenda
Chamorro
Conselheira

Juan Carlos Alfonso
Rubio
Conselheiro

Diretoria Executiva

Fernando Santiago Yus Sáenz de Cenzano
Diretor Presidente

Roberto Ángel Ramírez García
Diretor Econômico
Financeiro

Begoña Felices Pascual
Diretora Comercial

Salvador Merino Moina
Diretor de Organização e Recursos
Humanos

Leonardo Fonseca de Campos
Contador
CRC: 1SP303190/O-9